

Os enquadramentos do usuário de drogas na *Folha de S. Paulo* ao longo da Ditadura Militar

JÚLIO CÉSAR RIGONI FILHO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal do Paraná
julinhorigoni@hotmail.com
ORCID: /0000-0002-5151-1623



o longo da Ditadura Militar consolidou-se um modelo bélico de combate à figura do usuário de drogas como criminoso (Torquato, 2016). Para o órgão de inteligência da Ditadura, o Sistema Nacional de Informações, o vício em drogas era uma das causas para o envolvimento de jovens em movimentos revolucionários, como iniciativa fomentada pelo comunismo (Brito, 2021). Inclusive, no período, amedrontava-se a população sobre os malefícios do comunismo, associando valores como proteção à família, à propriedade privada e aos 'bons costumes' (Rezende, 2013).

Isso ressignifica uma série de enquadramentos jornalísticos relativos ao usuário de drogas, pois estabeleceu-se como critério de noticiabilidade o combate às condutas imorais, pelo alinhamento de grande parte da imprensa com o regime ditatorial.

Desperta a curiosidade pela ascensão da *Folha de S. Paulo* nesse processo, bem como sua participação no jogo de alianças traçadas entre a empresa e o governo militar. Pelas decisões editoriais e comerciais, a ênfase ao tema drogas, a expansão das vendas e as mudanças editoriais. Ainda, há particularidades que sugerem a fluidez do periódico, pois ao passo que legitimou o Golpe de 1964, nas décadas seguintes, atuou a favor do movimento de eleições diretas, conhecido como 'Diretas Já'. E na atualidade, se envolveu em polêmicas,

Pour citer cet article, to quote this article,
para citar este artigo :

Júlio César Rigoni Filho , « Os enquadramentos do usuário de drogas na Folha de S. Paulo ao longo da Ditadura Militar », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 12, n°1 - 2023, 15 juin - june 15 - 15 de junho.
URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v12.n1.2023.526>



como ao considerar a Ditadura brasileira como mais branda, em comparação com outros regimes autoritários, apelidando-a de ‘Ditabranda’, conforme apontam Barbosa (2007), Pires (2007), Kushnir (2012) e Laranjeira (2014).

Assim, questiona-se quais são os enquadramentos do usuário de drogas em matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo*, observando as evidências que reduzem esses sujeitos como estragados ou inferiores, empregando para isso características físicas, histórias de vida e relatos (Goffman, 1988). Isso ao hipotetizar que, os enquadramentos não se limitam ao jovem radicalizado, apoiador da esquerda e profanador dos valores familiares, ou ao indivíduo pobre e marginalizado, características do processo inicial da exploração bibliográfica, de acordo com Rezende (2013) e Brito (2021).

De tal forma, neste artigo, inicialmente realiza-se uma contextualização do combate às drogas na Ditadura Militar, seguido da visibilidade conferida ao tema e as transformações editoriais do jornal. Já na sequência, a análise toma como objeto empírico 9 matérias veiculadas pela *Folha* no período militar, extraídas de um corpus mais amplo de 326 matérias, todas disponíveis no acervo virtual do jornal. Esse conjunto de 9 matérias servirá de exemplo para as discussões promovidas. A partir de uma leitura exaustiva desses materiais, com base em Entman (1993), concentrou-se nos detalhes, indícios, que emergem desses textos midiáticos no exercício de seu poder, pois diante dos enquadramentos jornalísticos em um período histórico, compreende-se os princípios compartilhados que estruturam o mundo social (Reese, 2001).

O MODELO BÉLICO DE COMBATE ÀS DROGAS NO CONTEXTO SOCIAL DA DITADURA MILITAR

O anticomunismo no Brasil é uma tradição presente desde o início do século XX, devido a tentativa fracassada de insurreição promovida por setores da esquerda e por manifestantes sem militância, no episódio conhecido como Intentona Comunista. Esse episódio despertou uma reação “violenta do Estado e dos setores sociais dominantes, que capricharam na repressão e na propaganda” (Motta, 2021, p.22).

A partir disso, Motta (2021) defende que o imaginário dos comunistas se associa ao inimigo, a personagens imorais e nefastos. No caso do período que antecede o golpe de 1964, a reação dos setores conservadores e da oposição política frente ao ‘perigo comunista’ levaram Marchas da Família com Deus em várias cidades do país.

Como considera Rezende (2013) a manutenção do poder ditatorial por vias ideológicas consistia na disseminação do medo ao comunismo, devido as pressões exercidas pelos EUA na América Latina frente ao contexto da Guerra Fria. Inclusive, conforme lembra Motta (2021), os treinamentos dos militares e policiais para combater as esquerdas foram promovidos pelos governos norte-americanos.

Entretanto, essa participação estrangeira em assuntos ligados a drogas e medicamentos não era novidade no país. Stücker e Cytrynowicz (2007) afirmam que no período que antecede a Ditadura Militar, os governos mostravam-se descontentes com a desnacionalização da indústria farmacêutica, por isso, medidas para uniformizar os preços dos medicamentos no Brasil foram impostas. Mas essa decisão acentuou as rivalidades com as multinacionais farmacêuticas, principalmente com os Estados Unidos. Esse país mostrou-se o principal interessado pelo proibicionismo no mundo, dado sua posição como controlador de oferta e demanda de drogas a partir das décadas de 1960 e de 1970 (Alarcon, Belmonte, Jorge, 2012).

Logo após o golpe militar de 1964 essas medidas foram revogadas, enquanto a presença de iniciativas médicas estadunidenses ampliava-se, principalmente no ensino superior, ao consagrar a formação médica de forma “individualista, biologicista, hospitalocêntrica e com ênfase nas especializações” (Lampert, 2009, p.65).

Frente ao crescimento da vida urbana, há uma intensificação nas condições precárias de vida, atingindo principalmente a população de baixa renda. Em relação à saúde desses indivíduos, por concentrarem-se em regiões precárias não tinham acesso a uma estrutura sanitária, e dado o baixo poder aquisitivo enfrentavam a desnutrição. Em 1974 é criado o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) para financiar organizações médicas em prol da construção, ampliação e aquisição de equipamentos em hospitais particulares, caracterizando o início do que Ponte (2010) classifica como drenagem dos recursos governamentais em prol da medicina curativa privada, em um processo de sucateamento dos serviços públicos (Ponte, 2010).

Como consequência, a medicina incorpora aspectos tecnológicos e empresariais, além de influenciar diretamente nas políticas sobre drogas, que na época estavam associadas à política de medicamentos. A medicina inicia a sua contribuição nas leis brasileiras, principalmente ao legitimar o controle sobre o uso de drogas e o usuário é considerado doente e/ou criminoso (Fiore, 2005).

Ao regulamentar os medicamentos e classificar quais substâncias psicoativas eram legais ou ilegais

Torcatto (2016) defende que se impulsiona um modelo centralizado nas políticas sobre drogas, com fortes inspirações nos EUA. Prova disso é a formação do Conselho Federal de Entorpecentes, em 1980, como órgão interministerial responsável por coordenar as ações antidrogas e a repressão no país.

Na época, como recorda Torcatto (2016), a medicina passa pela Revolução Farmacológica da Psiquiatria, ao considerar que o uso de psicofármacos melhoraria as condições de saúde dos pacientes psiquiátricos, sem uma longa internação hospitalar.

Em relação ao tratamento para usuários de drogas, Alarcon, Belmonte e Jorges (2012) compreendem que as bases policiais, inertes na legislação criminal sobre drogas, instituíram dispositivos de saúde baseados exclusivamente na abstinência total.

No caso das iniciativas assistenciais de tratamento ao uso de drogas, destacam-se o surgimento das comunidades terapêuticas, que, para Lima (2017), são instituições com estruturas semelhantes ao isolamento, com a valorização da vida comunitária e envolvimento em rituais religiosos. Historicamente, esse modelo remonta ao final da década de 1960, tendo influência do estreitamento entre Brasil e EUA durante a Ditadura, numa relação de complementaridade e disputa entre religião e saúde.

Somando a essa importação de um modelo estadunidense para o tratamento do usuário de drogas, Farias e Passos (2018) lembram que a crise no sistema de saúde durante o final da década de 1960, devido ao sucateamento dos institutos e hospitais públicos, gera práticas voluntárias e assistencialistas no campo da saúde mental.

À medida em que as leis e a medicina estipulam o vício como um critério para definir uma conduta desviante, pretende-se “racionalizar uma reprovação moral da conduta individual, dando origem a um processo de estigmatização de determinados sujeitos considerados desviantes, por meio de categorias pretensamente nosológicas como ‘viciado’, ‘dependente’ ou ‘toxicômano’” (Brandão, 2021, p.7).

Ainda, a atmosfera gerada pela Guerra Fria e pelos movimentos de contracultura agregam para Brito (2021) valores nas práticas de combate ao comunismo e de concepção da juventude como uma categoria singular da sociedade. O autor destaca que o final da década de 1960 é emblemático ao associar o consumo de drogas à juventude.

Em 1968, o Ato Institucional Nº 5 torna-se o principal instrumento de opressão da ditadura, escancarando-a. A partir dele, o Congresso Nacional foi fechado

por tempo indeterminado e seus parlamentares tiveram os mandatos cassados, expandindo-se para senadores, prefeitos e governadores. Opositores políticos do regime tiveram seus direitos políticos cassados, a censura passava a rondar a mídia e as divulgações ideológicas, proibindo inclusive a realização de reuniões e discussões coletivas. Considera-se esse período iniciado pelo AI-5 em 1968 e que vai até os primeiros anos de 1970 como os anos de chumbo, pela intensificação da repressão. Para Motta (2021), nesse período a Ditadura assume sua face mais violenta e repressiva, mesmo que mantivesse alguns princípios liberais em prol dos laços com a elite civil (como as eleições para prefeitos em 1972).

Os meios de comunicação e as práticas artísticas passaram a ser considerados instrumentos de formação das práticas subversivas, apresentando temas considerados desagregadores das famílias e dos valores sociais. Logo, remeteria à subversão, rotulagem também conferida aos movimentos estudantis e operários, que clamavam por redução nas desigualdades, pois “chamar de comunistas os movimentos sociais reivindicativos era simultaneamente uma maneira de expressar o medo em relação a mudanças sociais e uma estratégia de manipulação do perigo vermelho” (Motta, 2021, p. 27).

Por exemplo, em 1973, no período de maior repressão, Brito (2021) retoma um levante policial realizado em uma residência universitária da Universidade de Brasília que resultou na prisão de 33 jovens moradores, sob acusação de viverem em um local de acentuada promiscuidade. Tal episódio escancara a visão que a polícia tinha da juventude, no que diz respeito à censura dos corpos, considerados sujos, barbudos e cabeludos.

A ATUAÇÃO DA IMPRENSA E A VISIBILIDADE DO COMBATE ÀS DROGAS DURANTE A DITADURA MILITAR

No caso da relação entre o jornalismo e o consumo de drogas pode parecer, a um primeiro momento, que envolve apenas a difusão de notícias sobre a criminalidade urbana em tons policialescos. Mas, ao debruçar-se em antigos periódicos, como faz Cunha (2010) com páginas noticiosas do Rio de Janeiro da década de 1920, percebe que à medida em que aumentam os casos de vício e criminalidade, o tom das notícias passa a enfatizar os malefícios das substâncias ao invés de anúncios que valorizam o uso da cocaína para cura de enfermidades. Se na década de 1910 enuncia-se a periculosidade das substâncias psicoativas, pela facilidade em obtê-las, e casos de overdoses, é na década de 1920 que o crescimento no consumo de cocaína e morfina torna-se um problema social.

A criminalidade relatada pela imprensa nas décadas de 1950 e 1960, de caráter passional, muda na década de 1970 para crimes “aparentemente sem motivo e sem sentido que, cada vez mais constantemente, eram desafiadas nos jornais” (Zaluar, 1994, p. 96). Somando-se a isso, Barbosa (2007) defende que ao longo das décadas de 1960 e 1970, os jornais impressos brasileiros empregam estratégias para despertar sensações no leitor: as narrações do cotidiano são repletas de exagero e os fatos descritos em densidade.

Destaca-se que nesse mesmo período mudanças administrativas impulsionaram o Grupo *Folha* a um patamar de maior visibilidade e audiência no país. Isso inicia-se ao unificar na *Folha de S. Paulo* os três jornais que faziam parte do grupo (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*), além da troca da direção da empresa: Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho substituem Nabantino Ramos como sócios no jornal. As estratégias empresariais incluíam a aquisição de uma frota própria de veículos para distribuir os jornais entre as cidades do interior de São Paulo, evoluções tecnológicas no parque gráfico e a consolidação de um projeto político-cultural, cuja base centrava-se no apoio aos governos militares. Resgata-se que as famílias dos diretores, Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, eram escoltadas por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Muitos veículos com logotipo da empresa participariam das campanhas dos órgãos de segurança, conduzindo presos políticos, e por isso sofreria ameaças e atentados dos grupos guerrilheiros (Laranjeira, 2014). Dessa forma, há um percurso de concentração empresarial, a partir da organização dos jornais pertencentes ao Grupo *Folha*, o que ampliou seus potenciais de publicação e veiculação (Barbosa, 2007).

Não se pode deixar de lado o impacto causado pela censura política que rondava a imprensa brasileira com a promulgação do AI-5 em 1968. Barbosa (2007) ressalta que nesse período as relações de poder entre o Grupo *Folha* e os governos militares interpelam-se ainda mais. Prova disso é que uma espécie de central de notícias foi criada em paralelo a redação do periódico para executar a autocensura. De tal modo, informações advindas dos censores do governo federal eram disseminadas aos editores do jornal. “Essa central de informações redistribuía para todos os jornais do grupo as notícias, como também as vendia para outros periódicos” (Kushnir, 2012, p. 535).

Exemplifica-se o servilismo da *Folha* com a ditadura diante da divulgação completa e sem contestações do relatório do exército sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo. Com isso, o grupo aprimorou “o jornalismo do mato’ (...) e promoveria a delação

cívica, avanço em relação ao estágio mesolítico dos atemorizamentos, alforrias, premiações e recompensas” (Laranjeira, 2014, p. 199).

Esses fatores conduzem uma reflexão crítica sobre as noções do jornalismo como um fiel expositor da realidade, pois, além da dimensão da Ditadura Militar, do cenário de censura e das normas internas das redações do Grupo *Folha*, há aspectos da subjetividade exercida pelo jornalismo no relato do cotidiano, como defende Tavares (2012).

Assim, estuda-se um contexto ditatorial, no qual a censura contrapõe-se a pluralidade de expressões, mesmo que jornais e panfletos alternativos fossem veiculados. De tal forma, como assume Bourdieu (1997), o campo jornalístico opera sob uma série de crenças partilhadas e pressupostos imersos nas sanções mercadológicas e políticas. Portanto, a realidade jornalística, enquanto produtos de instituições midiáticas e profissionais da imprensa, opõe-se ao entendimento do jornal como um espelho da realidade capaz de refletir a estrutura da sociedade.

Baseando-se na teoria de Goffman (2002) sobre as experiências individuais como frutos do enquadramento da realidade dos sujeitos, Robert Entman (1989) e Gaye Tuchman (1993) passaram a compreender as maneiras pelas quais as notícias são construções simbólicas para enquadrar a realidade a partir de uma série de recursos. Mas, a partir das críticas de Reese (2007), a pesquisa de Tuchman (1993) mostra-se estática ao defender que a experiência de produção de notícias é pré-determinada, já que a autora expõe uma série de estruturas e rotinas incorporadas ao trabalho jornalístico.

Nessa perspectiva, pode-se considerar o jornalista como uma entidade abstrata, cuja seleção e construção dos “fatos detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação” (Bourdieu, 1997, p. 66).

Entretanto, os julgamentos dos jornalistas no desenvolvimento de suas matérias envolvem aspectos de seus sistemas de crença. Entman (1993) adverte que mesmo com critérios de objetividade exigidos na atuação profissional, o enquadramento dominante pode ser transmitido, impedindo uma provável reflexão crítica dos leitores.

Em suma, considerando o campo jornalístico um espaço dotado de estrutura, as relações de dominação e submissão estão presentes, em lutas que englobam aspectos econômicos, pelos ganhos financeiros com a receita dos produtos ofertados, e aspectos simbólicos, pela posição e atuação da empresa de imprensa nos demais campos. Percebe-se que o peso comercial dita

as adoções de critérios de noticiabilidade, em outras palavras, a partir de Bourdieu (1997), são as respostas das vendas e a avaliação dos produtores os responsáveis pelo direcionamento das produções jornalísticas.

No caso da *Folha de S. Paulo*, o combate a subversão, seja pela promulgação de diretrizes morais e cívicas que enaltecessem o apoio aos governos militares ou pela divulgação de indivíduos procurados pelas autoridades, dava destaque ainda ao tema drogas, pois “a divulgação dessas notícias no tom agressivo escolhido aumentava as vendas do jornal e tinha o apoio dos donos – Frias e Caldeira” (Kushnir, 2012, p. 541).

Portanto, como aponta Tavares (2012), o jornalismo vai além da composição de sentidos nas informações, deslocando-se enquanto produtor de conhecimento na vida social, por envolver-se com saberes, públicos, práticas profissionais. Logo, exerce “uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura” (Bourdieu, 1997, p. 79).

Em cada sociedade um conjunto de ideias compõem a noção de desvio, sejam questionamentos e respostas sobre as causas dos comportamentos desviantes e as maneiras de identificar um sujeito desviante a partir de suas características. Mas, como adverte Cohen (1972), as noções de desvio nas sociedades têm na mídia uma fonte de divulgação de informações, mesmo que elas sejam estruturadas em uma lógica empresarial dotada de critérios de construção dos temas a serem noticiados.

Os saberes difundidos pela mídia impulsionam as preocupações sobre a violência e a criminalidade, atingindo de formas heterogêneas os grupos sociais, pois “o jornal que lemos, o programa a que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos, constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos essa violência” (Zaluar, 1994, p.13).

De tal modo, considerando esses aspectos ligados ao jornalismo da *Folha de S. Paulo* durante o período ditatorial de 1964 a 1985, descrevem-se os procedimentos executados para identificar os enquadramentos relativos ao usuário de drogas.

APONTAMENTOS SOBRE A PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A base para a pesquisa empírica fundamenta-se no raciocínio de Entman (1993) sobre a capacidade dos *frames* em definir problemas, diagnosticar as causas desses problemas além de sugerir soluções para eles, em meio a julgamentos morais. Esses aspectos do en-

quadramento conduzem aos critérios para localizá-los, seja pelo uso dos símbolos culturalmente familiares, pela repetição de informações, “pela presença ou ausência de certas palavras-chave, frases-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que fornecem agrupamentos temáticos de fatos ou julgamentos” (Entman, 1993, p. 52, tradução do autor²).

Nesse sentido, efetuou-se uma série de leituras e contatos com documentos, como jornais e arquivos, para identificar o vocabulário que se referia ao indivíduo usuário de substâncias psicoativas. Muitas vezes, não há descrições das características desses sujeitos, mas a rotulagem por determinados termos mostrava-se presente em relatórios militares e jornais, como Brito (2021) e Brandão (2019) apontam.

Todavia, questionou-se em como acessar as matérias sobre o usuário de drogas nos acervos jornalísticos, principalmente sobre quais caminhos seguir, algo que se construiu com a leitura de bibliografias supracitadas e com a livre exploração de portais de notícias, devido a pesquisas já realizadas por Laranjeira (2014). Ainda nessa fase exploratória, observou-se a interface do acervo virtual da *Folha de S. Paulo*, atentando-se para suas funcionalidades. Dentre elas, destacam-se as pesquisas detalhadas por palavras-chave, frases, exclusão de termos ou frases específicas, além de afinar a busca pelos temas do jornal, como política, cultura e economia, por exemplo. Como recuperação de informação destaca-se a ferramenta de *zooming*, para ampliar a página selecionada e observar alguns detalhes com maior profundidade. Essa interface não permite a busca por texto nas páginas. Dentre as funções mais importantes desses portais para a pesquisa, destaca-se a buscas por termos no campo de busca avançada ‘exatamente esta frase’.

De tal modo, percebeu-se que a predominância dos seguintes termos: ‘drogado’, ‘toxicômano’, ‘usuário de drogas’, ‘usuário de entorpecentes’, ‘viciado em drogas’ e ‘dependente químico’. O vocabulário ‘viciado’, para referir-se ao consumidor de substâncias psicoativas, origina-se do termo latino *vitium* que significa falha ou defeito. Para Le Breton (2012), a etimologia do termo vício remete a sujeição de impossibilidade em pagar alguma dívida. O devedor é posto à disposição de seu credor, sem autonomia. O vício não é um estado, mas um momento, que deve repetir-se para aliviar as tensões, mesmo que a paixão pelas drogas resulte em um sacrifício de si. Assim, identificaram-se no acervo eletrônico da *Folha de S. Paulo* 1551 edições a partir dos termos mencionados, compilando-se os títulos, os formatos e datas de veiculação em um banco de dados.

Percebeu-se que nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a maioria dos termos é expressivamente localizado, sendo que nas décadas seguintes ‘viciado em drogas’, ‘usuário

de drogas' e 'drogado' continuam com alto volume de matérias localizadas, ao passo que 'toxicômano', 'viciado em tóxicos', 'viciado em entorpecentes' e 'usuário de entorpecentes' são pouco localizados. O termo 'dependente químico' insere-se no vocabulário jornalístico a partir da década de 1980, popularizando-se nos veículos na década seguinte. Antes disso, inexistem matérias com o uso do vocábulo. Em resumo, tais rotulagens ganham fôlego no período da Ditadura, com destaque para os índices de uso de alguns desses termos na atualidade, o que reitera a pretensão de investigar o momento em que tais vocábulos invadem as práticas jornalísticas e o senso comum.

Nesse processo de exploração, notou-se a existência de páginas repetidas, as quais foram excluídas. Em seguida, definiram-se as matérias de abrangência nacional como os critérios de inclusão e como critérios de exclusão as matérias de abrangência internacional (ou traduzidas de veículos do exterior) e guias de farmácias e de televisão e programações culturais – a maioria sendo conteúdos de filmes estadunidenses – pois nesses textos não havia conexão com esta pesquisa, com foco no cotidiano de outros países em relação às drogas, com poucas comparações com o Brasil. Na tabela a seguir, é demonstrada a quantidade de matérias localizadas com base nesses critérios de inclusão e de exclusão.

Tabela 1

Número de matérias localizadas com base nos critérios de inclusão e de exclusão

Classificação inicial das matérias localizadas	Quantidade de matérias
Páginas ou edições repetidas	309
Matérias nacionais	326
Matérias internacionais	365
Anúncios de produtos culturais e de medicamentos	553
	N = 1551

Perceberam-se aspectos ligados ao tratamento do usuário de drogas, discussões sobre a dimensão do uso de drogas como doença e aspectos ligados à prevenção às drogas.

Há aspectos criminais, sejam com as informações sobre crimes urbanos, como roubo, tráfico e uso de drogas, além das investigações e atuações policiais com a finalidade de prender e, de acordo com o período em questão, promover torturas em criminosos rotulados como usuários e traficantes de drogas. Por último, ainda no aspecto criminal, discutem-se assuntos jurídicos e legais que promovem tensionamentos entre o que é considerado crime e o que é considerado uma patologia possível de ser tratada.

Com base em Motta (2021), recorda-se que a Ditadura pode ser subdividida em três fases. De 1964 a 1968 ocorre o processo de instalação do regime, fase que se encerra com a promulgação do AI-5. Já de 1969 a 1979 há o período de maior repressão, os anos de chumbo e, por fim, de 1980 a 1985, o país avança para a democracia, embora as eleições diretas para presidente da república só aconteçam em 1989. A partir dessas fases, localizaram-se: de 1964 a 1968, 2 reportagens e 6 notícias; de 1969 a 1979, 62 reportagens e 158 notícias, além de 7 anúncios; já de 1980 a 1985, 46 reportagens e 44 notícias.

Atenta-se para o fato de que embora o *corpus* seja constituído por 326 matérias, o número da população para esta pesquisa é de 558 matérias, pois mais de um enquadramento pode estar presente em uma mesma matéria, situação que aumenta o número final da quantidade de matérias para 558 ao invés de 326.

Tabela 2

Número de matérias e frequências dos enquadramentos identificados

Enquadramentos	Quantidade de matérias	Frequência (%)
Crimes urbanos	127	22%
Prisões e condenações	121	21%
Teorias e pesquisas	89	15%
Processo de tratamento	89	15%
Suicídios e homicídios	67	11%
Discussões jurídico-legais	55	9%
Práticas de prevenção	40	7%
	N = 558	100%

Nota-se, com base nos dados levantados a partir da frequência dos enquadramentos que, o usuário de drogas é associado ao crime, ao passo que os enquadramentos de práticas de prevenção e de discussões sobre o aprimoramento da legislação sobre drogas, nas discussões sobre a distinção do indivíduo com problemas decorrentes do uso de drogas entre criminoso e/ou doente, possuem menor frequência.

Entretanto, apenas expor os temas associados aos enquadramentos e as frequências de aparição na *Folha de S. Paulo* é reduzir a perspectiva de análise dos *frames*. Analisar o conteúdo textual enquanto único procedimento para o estudo da mídia foca exclusivamente

em mensurar categorias e frequências sem considerar os aspectos históricos e sociais que constituem os enquadramentos Freire Filho (2005).

Logo, não se refuta o potencial do enquadramento em se posicionar ao lado de outras perspectivas disciplinares, por isso, inicialmente buscou-se conduzir uma análise histórica do papel do usuário de drogas na sociedade ditatorial brasileira, à luz de pesquisadores da história, da sociologia e da psicologia.

Todavia, não se pretende ignorar o conteúdo das matérias jornalísticas e seus discursos, mas interpretá-los a partir de uma ótica que ultrapasse as mensagens e possa discutir os significados aplicados aos contextos sociais, considerando a saliência dos conteúdos, ao passo que determinados aspectos da realidade possuem maior visibilidade, outros são omitidos, como defende Entman (1993). Considera-se ainda que o público leitor não é um elemento passivo do processo comunicacional, ou seja, alguém que irá interpretar de forma desejada as mensagens enunciadas sem qualquer atitude crítica ou contrária. Ao invés disso, e como centra-se na produção e nos efeitos da mídia, o estudo dos enquadramentos permite inferir quais os significados dominantes, isto é, as interpretações mais comuns de serem processadas e aceitas pelas pessoas.

Em resumo, pretende-se discutir os enquadramentos, identificados a partir de uma análise temática, com vistas a elucidar o que sustenta os padrões levantados pelos *frames* e como eles relacionam-se com a sociedade, deixando de lado a mera descrição dos conteúdos e preocupando-se mais com os elementos culturais que os constituem.

DISCUSSÕES SOBRE OS ENQUADRAMENTOS DO USUÁRIO DE DROGAS IDENTIFICADOS NA FOLHA DE S. PAULO

O sucateamento dos institutos públicos fez com que surgissem iniciativas privadas ou assistenciais de cuidado e atenção ao usuário de drogas. Embora, ainda, muitos desses usuários fossem enquadrados como criminosos ou degenerados, mas não doentes mentais comuns, suas liberdades eram parcialmente suspensas, seja ainda no aspecto do assistencialismo e de iniciativas religiosas ligadas à saúde, como apresentou-se anteriormente a partir de Lima (2017).

Uma das principais comunidades terapêuticas formadas no regime militar foi a Comunidade Terapêutica Senhor Jesus, fundada em 1978, em Campinas, pelo Padre Haroldo Rham. O missionário estadunidense considerava o uso de drogas como forma de “afastamento da graça de Deus e não um objeto da saúde pú-

blica. Nesse sentido, a competência para o tratamento daqueles que usavam drogas seria requisitada à religião e, secundariamente, se fosse necessário, à saúde pública” (Lima, 2017, p. 10).

Em um processo de cura pela redenção e salvação, que repousa em um discurso religioso, as práticas de tratamento são conduzidas, em sua maioria, por usuários recuperados. Nesse aspecto, o usuário de drogas, enquanto sujeito de comportamento errado e moral duvidosa, é um indivíduo a ser recuperado por meio de atividades laborais e contato com a natureza, em locais similares a fazendas. Essas práticas filantrópicas ou beneficentes são mantidas pela comunidade ou financiados pelo próprio governo. Pode-se refletir sobre a exclusão desses indivíduos da sociedade: enviá-los para uma fazenda poderia resolver o desconforto em ter um membro da família como viciado, por exemplo.

As comunidades terapêuticas aproximam-se das instituições totais (Goffman, 1961) desses espaços pelo controle dos visitantes e das comunicações entre internos e o mundo exterior, além de regras rígidas, distribuição do tempo, e controle do livre-arbítrio, além da reclusão ao mundo exterior. Para um dos pacientes dessas comunidades, “quem não concorda com as regras, é submetido a castigo (...). Para você conseguir a alta, tem de se portar como um carneiro. É simplesmente terrível” (*Folha de S. Paulo*, 1979, p. 10).

Já as iniciativas de prevenção, como campanhas e ações educacionais, associam-se ao processo de triagem dos sujeitos considerados ameaçadores em uma lógica de vigilância. Apresentam-se as características físicas, psicológicas e comportamentais do usuário de drogas como forma de amedrontar e alertar os jovens e seus familiares, seja para tomarem cuidado com as drogas ou para identificarem usuários. Muitos desses textos eram dirigidos aos pais, sanando possíveis dúvidas sobre as características do usuário:

Verifique se seu filho está gastando dinheiro em demasia; repare se ele não demonstra ter coceira, principalmente nas pernas; veja se não anda sonolento, com a cabeça pendente; se seu filho é fumante, repare se ele não intercala períodos de uso excessivo e de abstinência do fumo; verifique, no caso dele perder muitos objetos de valor (joias, relógio etc) se não está penhorando esses valores; procure ver se seus olhos estão avermelhados (o viciado, quando sequioso do entorpecente, fica com a pupila dilatada, quando saciado, essa se contrai), pupilas dilatadas ou excessivamente contraídas, pernas ou braços com picadas, pintas de sangue nas roupas; repare se seu filho boceja muito, tem o nariz sempre

como que resfriado, anda nervoso ou inquieto; procure ver se há marcas que queimaduras de cigarro nos dedos (isso é comum em viciados em maconha); atente para a posse de seringas hipodérmicas, colheres ou tampas de garrafa com o fundo queimado, conta-gotas e pó branco semelhante à açúcar (*Folha de S. Paulo*, 1970, p. 11).

Com a lógica de suspeição e combate à subversão promovidas pela Ditadura, tornava-se necessário mapear os aspectos sociais, espaciais e culturais da população. Nesse sentido, com o apoio da medicina e da psiquiatria poderiam identificar-se os sinais, características, comportamentos e ideias consideradas subversivas, defendendo a segurança nacional. Recuperando as bases teóricas que apontam para a presença constante de elementos estadunidenses nas políticas de drogas do Brasil, as práticas de prevenção, os processos de tratamento e a fiscalização aos entorpecentes, principalmente medicamentosos, são evocadas pelos entrevistados nos jornais, como médicos, psiquiatras, delegados e generais. Em suas opiniões, valoriza-se difusão das informações sobre os transtornos de uso de substâncias psicoativas enquanto doença, já a figura do traficante de drogas (que também pode ser viciado nas substâncias que vende) é tida como criminoso responsável por ‘espalhar o vício’.

Para não deixar o estudante com tempo ocioso para usar drogas, defendia-se a importância de promover atividades artísticas, culturais e esportivas, e até mesmo, participações em ações sociais, para sentir-se um membro valioso da sociedade e não praticar desvios como o uso de entorpecentes. As autoridades defendiam capacitar os professores com “conhecimentos capazes de serem transmitidos, com base científica, às primeiras faixas etárias de estudantes, estruturando, destarte, a sua personalidade de modo a propiciar-lhes condições de autodefesa” (*Folha de S. Paulo*, 1971, p. 15).

Valores como a proteção à família, à escola, à propriedade privada e a harmonia tornam-se úteis para legitimar a ditadura e camuflam seu viés autoritário. E na concepção militar, retomando Rezende (2013), as instituições sociais deveriam propagar tais valores.

Nos enquadramentos sobre os aspectos policiais e penais, apresenta-se o usuário como vítima do sistema jurídico e prisional da Ditadura, como em casos de violação de direitos, por exemplo, os castigos físicos que os usuários de drogas sofrem, pela deterioração do corpo devido às substâncias ou pela tortura que sofrem ao serem submetidos ao tratamento ou ao cárcere, parece serem justificados, já que a concepção dos enquadramentos é a de que o indivíduo busca a droga por ser fraco moralmente, logo, incapaz de ser produtivo à so-

cidade. Abordava-se o arrependimento e o desejo de recuperação de alguns detentos, como por exemplo: “O menor, por sua vez, ao ser fotografado escondeu o rosto e algumas lágrimas. Disse que não era viciado e que de agora em diante iria procurar trabalho” (*Folha de S. Paulo*, 1980, p. 13).

No seguinte caso, não é possível saber se de fato o indivíduo praticou suicídio ao ser preso, já que forjar as mortes de detentos era uma prática comum para ocultar possíveis vítimas fatais das torturas. Entretanto, a banalidade com a qual o episódio é narrado desperta atenção: “Era viciado em drogas e já havia tentado o suicídio em outras oportunidades” (*Folha de S. Paulo*, 1976, p. 29).

Alguns indícios de que o usuário de drogas não deveria ser tratado de forma repressiva eram divulgados pela mídia, como na seguinte matéria, na qual o psiquiatra afirma que o usuário “não deve receber a repressão policial. Deve ser atendido por psiquiatras, psicólogos numa clínica. Neste caso, evidentemente, não estão os traficantes de drogas” (*Folha de S. Paulo*, 1982, p. 19). A fala do profissional contém dois enquadramentos instigantes: de um lado o usuário enquanto indivíduo que necessita de tratamento baseado em terapias psiquiátricas, e do outro, o traficante, ao qual o sistema judiciário deveria abrigar e punir. Todavia, manifestar essa distinção era desafiador, pois a própria legislação³ vigente sobre drogas considerava usuário e traficante como terroristas internos, sem qualquer distinção. Ainda, nota-se o uso dos dados estatísticos de forma desconexa, isto é, há várias fontes de informações sobre as quantidades de usuários de drogas e de sujeitos em tratamento.

Percebe-se que há uma interpretação de que o usuário de drogas é um potencial traficante, pois assim que adentra o ‘mundo das drogas’ precisa manter seu vício e, é agenciado por outros traficantes a vender entorpecentes ou a praticar pequenos delitos e sustentar seu consumo de drogas. Ainda por meio de descrições básicas, o usuário de drogas também é enquadrado como executor de crimes urbanos, inclusive nos casos de homicídios. Nesses últimos, há casos de ampla repercussão midiática e comoção social, como os abusos sexuais e assassinatos de crianças e adolescentes por usuários de drogas, além de alguns casos de overdose ou suicídios. No exemplo que segue, o usuário e traficante estão enquadrados como um único indivíduo, ressentido e incapaz de conviver pacificamente, sendo as crianças atingidas por sua delinquência.

Jose Carlos morava na casa dos pais da menina, a mulher e sua prima, mas, bebia muito e era viciado em drogas e, por isso, foi expulso da casa. Voltou, sequestrou e matou a filha do casal, por vingança (*Folha de S. Paulo*, 1971, p. 28).

Os pobres são, em sua maioria, consumidores de maconha e álcool. Não se sabe ao certo se usam drogas para matar a fome ou para sentir prazer. Usava-se maconha na faixa etária de 17 a 21 anos, mas “alguns casos apontam que crianças de 9 e 10 anos também a consumiam” (*Folha de S. Paulo*, 1978, p. 10). Nas classes média e alta, principalmente entre os profissionais liberais, o uso de drogas consideradas ‘pesadas’, como a cocaína, “devido a seu preço elevado, a utilização desta droga é limitada, mas, de outro lado, a dificuldade para consegui-la leva o dependente a provocar crimes para obtê-la” (*Folha de S. Paulo*, 1978, p. 10).

Caso fossem detidos, esses sujeitos poderiam ser liberados, mediante pagamento de suborno, “de acordo com a importância que as famílias dos presos podem pagar. E estas famílias, depois, para evitar escândalo e comprometimentos, não denunciam nada” (*Folha de S. Paulo*, 1978, p. 18).

Retomando Entman (1993), enquadrar está associado a essa lógica de visibilidade, nas quais as notícias selecionam determinados aspectos da realidade e os enfatizam com o intuito de promover seus efeitos. Logo, “a forma como certos atributos passam a ser associados a questões particulares que devem preocupar a análise de enquadramento” (Reese, 2007, p. 152, tradução do autor⁴).

Há uma construção midiática voltada ao pânico moral, como postula Cohen (1972), pois mostram-se predominantes os enquadramentos do usuário de drogas como doente e criminoso, como alguém que comete crimes hediondos de forma irracional, movido pelo desejo da droga, considerado delinquente. Nesses casos, a personalidade do indivíduo é analisada de forma minuciosa, por meio de teorias, pesquisas e comprovações médicas que atestem a sua condição de anormal. Mesmo que haja um enquadramento do usuário recuperado em fazendas e comunidades terapêuticas, predominam-se os enquadramentos que os colocam como indivíduos deteriorados, fisicamente e psicologicamente, sendo assim, praticamente incapazes de serem recuperados.

Em 1974 o então ditador Ernesto Geisel iniciou um processo de abertura política segura, lenta e gradual, em um regime que mantinha o controle das oposições e movimentos sociais. Nesse contexto, para Santos (2013), os movimentos sociais passam a discutir temas como a saúde mental, destacando-se na década de 1980, o movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, que teve como seu estopim as críticas internacionais sobre a violência e os maus-tratos em manicômios. Tais práticas são consideradas por Kehl (2015) como umas das heranças malditas do regime militar. Em 1979 a Lei da Anistia foi promulgada, como forma de perdão aos exilados políticos, presos, clandestinos e militares en-

volvidos em crimes durante o regime. Trata-se de uma espécie de tentativa de apagamento da memória coletiva e individual, sem qualquer reparação.

Inclusive, isso ocorreu nas empresas jornalísticas e nos meios de comunicação, prova disso é que ao mesmo ponto que se mostrava uma mídia defensora do regime militar, o Grupo Folha envolveu-se no movimento de reabertura política, além de ter contratado jornalistas considerados ‘subversivos’ pelo regime ditatorial (Pires, 2007).

A partir das fases da Ditadura consideradas por Motta (2021), observou-se a ênfase de cada enquadramento identificado.

Tabela 3

Número de matérias em cada enquadramento identificado nos períodos da Ditadura

Enquadramentos	1964 a 1968	1969 a 1979	1980 a 1985
Crimes urbanos	6	77	34
Prisões e condenações	2	80	32
Teorias e pesquisas	1	43	20
Processo de tratamento	1	48	25
Homicídios	0	47	18
Discussões jurídico-legais	2	39	6
Práticas de prevenção	0	18	9

Grande parte dos exemplos apresentados ocorrem no período de 1969 a 1979, fase de acentuada repressão e violência praticadas contra os sujeitos considerados subversivos. Atesta-se que nesse período os enquadramentos relacionados ao usuário de drogas emergem a partir de uma triagem de crime ou saúde, posicionando o sujeito ora como criminoso, ora como delinquente. Como exposto anteriormente, essas considerações sobre a periculosidade dos usuários de drogas alinham-se com: as transformações sanitárias, farmacológicas e médicas do país; a acentuação de uma série de desigualdades sociais e ideologias anticomunistas disseminadas pela Guerra Fria.

Cabe observar o papel exercido pela *Folha* que valoriza, inclusive nas matérias sobre criminalidade e aspectos penais, opiniões sobre a condição de incapacidade mental dos usuários de drogas, remetendo o assunto a uma discussão sanitária, valorizando as práticas de tratamento e as pesquisas envolvidas no as-

sunto, geralmente, de organizações sociais e filantrópicas, sem necessariamente defender políticas públicas sobre o assunto.

Como foram coletadas as datas de veiculação das matérias, percebeu-se maior concentração nos dias de quinta-feira e domingo, ao passo que na segunda-feira existiam menos matérias. Aventa-se que a divulgação dessas informações sobre o usuário de drogas no domingo serve a uma estratégia de noticiabilidade atrelada ao impacto comercial do jornal, já que havia uma tradição envolvida nos noticiários de domingo, que geralmente, alcançavam maiores vendas.

Entende-se que o potencial de venda das matérias sobre crimes ligados às drogas, postura adotada conscientemente pelo jornal, conforme pontuou Kushnir (2012), é perceptível pela vasta quantidade de matérias que enquadram o usuário como criminoso (principalmente no período de maior repressão). Ainda, com a defesa do sanitarismo no combate às drogas, estigmatizando as classes menos favorecidas e divulgando as abordagens tratamento, o periódico passou a valorizar profissionais médicos, principalmente os psiquiatras, alinhando-se aos interesses de grupos empresariais de saúde, como a própria indústria farmacêutica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto pretendeu-se identificar os enquadramentos do usuário de drogas na *Folha de S. Paulo* ao longo da Ditadura Militar brasileira. Para isso, estudou-se o cenário nacional relacionado às práticas de combate às drogas e à subversão, tais quais, aspectos legislativos e penais, além das modificações das práticas de saúde, com o avanço da indústria farmacêutica e da psiquiatria, além do surgimento das comunidades terapêuticas como formas de tratamento do usuário de drogas. Com isso, pode-se considerar aspectos interpretativos e críticos para examinar os enquadramentos.

Se para Bourdieu (1997) a dominação de um jornal é medida pela sua possibilidade de deformar o espaço em que se encontra, ao provocar essa visibilidade ao usuário, tanto a *Folha* quanto outros jornais instauram uma série de consequências para as discussões sobre políticas de saúde, justiça, cidadania e educação com vistas às drogas. O impacto causado pela censura política que rondava a imprensa brasileira trouxe ainda mais interpelações entre as relações de poder entre o Grupo Folha e os militares. Ainda, a empresa toma fôlego a partir da defesa dos valores morais e conservadores nos quais a Ditadura brasileira estava inserida. Para tanto, a evocação de figuras a serem temidas na sociedade, como exemplos a não serem seguidos, enquanto construção de um ‘pânico

moral’ sobre drogas configura a intenção disciplinar do jornal.

Já na atualidade há uma tentativa de esquecimento dessa memória ditatorial e turbulenta do periódico, por meio de estratégias de construção de uma imagem de mídia democrática e independente. Nesse sentido, trata-se de um periódico particular, que executou uma autocensura conveniente e conivente com o período histórico, auxiliando na legitimação do Golpe de 1964 e, em nas décadas seguintes, atuou a favor do movimento de eleições diretas, conhecido como ‘Diretas Já’.

Todavia, neste texto essa dimensão memorialística do jornalismo foi recuperada, já que o trabalho empírico a partir dos arquivos virtuais da *Folha*, os quais resistem e sobrevivem ao tempo, constituem evidências das relações de dominação nas quais o usuário de drogas enquanto ator social estava inerte.

Por isso, recordando os estudos de Entman (1993) e Reese (2001, 2007), compreender a frequência com que os *frames* apareciam e o que eles enfatizavam auxilia na compressão dos efeitos do agendamento da mídia, ou seja, a hierarquia do jornal ao tratar de assuntos sobre drogas e o impacto que isso pode gerar nos públicos.

Logo, é preciso apoiar-se nos conteúdos midiáticos como elementos empíricos capazes de esclarecer os conteúdos simbólicos e as ideias difundidas na sociedade. Portanto, buscou-se pelos conteúdos dos enquadramentos, entender a lógica que amplifica os medos e reforça os estereótipos relacionados às drogas e a seus consumidores.

Nesse sentido, os enquadramentos ligados ao criminoso atenuam a periculosidade do usuário de drogas, enquanto os quadros relacionados ao doente aprofundam aspectos psicológicos e sociais desses indivíduos, em tentativas de identificar as motivações para o consumo de drogas e os danos psicológicos, físicos e sociais causados pelas drogas.

Ressalta-se que a tortura, elemento presente nas abordagens policiais ao usuário de drogas, remonta a displicência histórica brasileira, pois para Kehl (2015) ela mostra-se presente nas práticas cotidianas do país ela apresenta-se: seja na violência policial, na violência contra as minorias sociais, nos discursos sobre a tortura como um ‘mal necessário’ e até nas práticas de saúde para doentes mentais e usuários de drogas.

Destaca-se como ponto para reflexões futuras, as críticas aos modelos de tratamento asilares, manicômios e que violam os direitos humanos, tendo em vista a legitimação da tortura enquanto prática de Estado,

bem como a importância do Movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira, durante o processo de redemocratização política, nos anos de 1980. Ainda nessa década, há o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) e sua incidência no Brasil, fator que atenua as representações degradantes do usuário de drogas, principalmente com a estigmatização da homossexualidade e sua associação perversa com a degradação moral, assim como o consumo de drogas.

Submetido em 15/07/2022

Aceito em 03/05/2023

NOTES

¹ Para Laranjeira (2014), o jornalismo do mato é um gênero que se caracteriza pelo alinhamento à estrutura repressiva do Estado, que o afiança. Com atividades delatativas, inquisitoriais e policiaescas, cumpre uma função semelhante à dos capitães do mato, indivíduos que capturavam escravos fugidos no período do Brasil colonial.

² “The presence or absence of certain keywords, stock phrases, sources of information, and sentences that provide thematically reinforcing clusters of facts or judgement” (Entman, 1993, p. 52).

³ Trata-se da Lei no 6.368 de 1976 que previa a repressão ao uso e ao tráfico, com penas de reclusão, além da internação compulsória ao dependente químico.

⁴ “The way that certain attributes come to be associated with particular issues that should concern framing analysis” (Reese, 2007, p. 152).

REFERÊNCIAS

- Alarcon, S.; Belmonte, P. & Jorge, M.A.S. (2012). *Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo*. Editora Fiocruz.
- Barbosa, M. (2007). *História da comunicação no Brasil*. Vozes.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Zahar.
- Brandão, L. H. S. (2019). *Tóxico-Subversão: Anticomunismo e Proibicionismo na Construção do "Inimigo Interno" durante a Ditadura Militar no Brasil*. [Dissertação de mestrado em História, Universidade de Brasília]. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37332/1/2019_LuizHenriqueSantos-Brandão.pdf.
- Brito, A. M. F. (2021). A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. *Revista Brasileira de História*, 41, 39-65. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n86-02>
- Cohen, S. (1972). *Folk Devils and Moral Panics: the creation of the mods and rockers*. Routledge.
- Cunha, G. N. (2010). A Cidade do Vício e da Graça: O consumo de tóxicos e entorpecentes no Rio de Janeiro, 1890-1930. *OP SIS*, 3(1), 41-59. <https://doi.org/10.5216/o.v3i1.9253>
- Farias, J. S.; Passos, R. G. (2018). Saúde mental e drogas: o avanço do conservadorismo em tempos de golpe – o caso das comunidades terapêuticas. Em: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, (pp.1-13). <https://www.periodicos.ufes.br/abepsps/article/view/22152/14666>.
- Entman R. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Fiore, M. (2005). A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. Em: Carneiro, H. (Eds.). *Álcool e drogas na história do Brasil* (pp. 257-290). Alameda.
- Folha de S. Paulo. (1971, 16 de setembro, p.11). *Queremos ajuda, nada de denúncias*. <https://acervo.folha.com.br/leitord.do?numero=4148&keyword=%22toxicomano%22&anchor=4365592&origem=busca&originURL=&pd=e1aa5eee a4d740473f46c7d32eb22b34>.
- Folha de S. Paulo. (1971, 20 de junho, p.15). *Teatro, arma contra os tóxicos*. <https://acervo.folha.com.br/leitord.do?numero=4060&keyword=%22toxicomano%22&anchor=4365938&origem=busca&originURL=&pd=849ce3f6dc9a94e5e940f71f99426f0a>.
- Folha de S. Paulo. (1971, 9 de dezembro, p.28). *Na cadeia o assassino da menina*. <https://acervo.folha.com.br/leitord.do?numero=4232&keyword=viciado%2Cdrogas&anchor=4382376&origem=busca&originURL=&pd=8c3aa14f0476dc0384eb12a0461941a>.
- Folha de S. Paulo. (1976, 29 de agosto, p.29). *Encontrado morto no DP*. <https://acervo.folha.com.br/leitord.do?numero=5957&keyword=%22encontrado+morto+no+dp%22&anchor=4325257&origem=busca&originURL=&pd=46bf578eefb07cc12bdb6dd6c64ab850>.
- Folha de S. Paulo. (1978, 14 de agosto, p.10). *Consumo de drogas chega às crianças*. <https://acervo.folha.com.br/leitord.do?numero=6672&keyword=%22consumo+de+drogas+chega%22&anchor=4259277&origem=busca&originURL=&pd=0f29b49f117910344a11a538a79bee98>.
- Folha de S. Paulo. (1978, 26 de setembro, p.18). *Divisão de entorpecentes enfrenta sua maior crise*. <https://acervo.folha.com.br/leitord.do?numero=6715&keyword=%22divisao+de+entorpecentes+enfrenta%22&anchor=4328015&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=ffb840e60866a19052ccf98f41eda197>.

- Folha de S. Paulo. (1979, 21 de janeiro, p.10). *Um método para combater o vício*. <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=6832&keyword=%22viciado+em+drogas%22&anchor=4225958&origem=busca&originURL=&pd=b4987bab4d404118b432a1b8c8b60195>.
- Folha de S. Paulo. (1980, 20 de maio, p.13). *Um viciado quer mudar de vida*. <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=4029&keyword=%22um+viciado+quer+mudar+de+vida%22&anchor=4344685&origem=busca&originURL=&pd=f6759857918c052c625e8136a81dcb35>.
- Folha de S. Paulo. (1982, 26 de agosto, p.19). *Seminário pede tratamento para viciado*. <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=4858&keyword=%22drogas%22&anchor=4404703&origem=busca&originURL=&pd=54278a1c6c8997c4ad9f5075c608c1fb>.
- Freire Filho, J. (2005). Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. *Revista Famecos*, 12(28), 18-29. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2005.28.3333>
- Goffman, E. (1967). *Interaction ritual: es- says on face-to-face behavior*. Pantheon Books.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. LTC.
- Kehl, M. R. (2015). Tortura e sintoma social. Em: Teles, E. & Safatle, V. (Eds.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, (pp.123-132). Boitempo.
- Kushnir, B. (2004). *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. Boitempo.
- Lampert, J.B. (2002). *Tendências e mudanças na formação médica no Brasil*. [Tese de doutorado em Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz]. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4369/2/ve_Jadete_Barbosa_ENSP_2002.
- Laranjeira, A.N. (2014). *A mídia e o regime militar*. Sulina.
- Lima, R. C. C. (2017). As comunidades terapêuticas religiosas e a política social de drogas. Em: *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, (pp.1-12). <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16597>.
- Motta, R.P.S. (2021). *Passados presentes*. Zahar.
- Pires, E.M (2007). Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). *Projeto História*, (35)2, 305-313. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/2224/1325>.
- Ponte, C. F. & Nascimento, D.R. (2010). Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura. Em: Reis, J. R. F. & Velasques, M. C. C. (Eds.), *Cantos, contos e imagens: puxando mais uns fios nessa história*. (pp. 179-218). Fiocruz.
- Reese S. (2001). Framing public life: a bridging model for media research revisited. Em S. Reese, O. Gandy, A. Grant (Eds.), *Framing public life* (pp. 7-31). Erlbaum.
- Reese S. (2007). The framing project: a bridging model for media research revisited. *Journal of Communication*, 57(1), 148-154. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00334.x>
- Rezende, M.J. (2001). *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984*. Editora UEL.
- Stücker, A.; Cytrynowicz, M.M. (2007). *Origens e trajetória da indústria farmacêutica no Brasil*. São Paulo: Narrativa Um.
- Tavares, F. M. B. (2012). Entre a realidade jornalística e a realidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano. *E-Compós*, 15(1), 1-16. <https://doi.org/10.30962/ec.740>
- Torcato, C.E.M. (2016). *A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República*. [Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo]. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05102016-165617/publico/2016_CarlosEduardoMartinsTorcato_VCorr.pdf#page312.
- Tuchman, G. (1993). Contando “estórias”. Em: Traquina, N. (Eds.), *Jornalismo: questões, teorias e estórias* (pp. 258-262). Vega.
- Zaluar, A. (1994). *Condomínio do diabo*. Editora UFRJ.

Os enquadramentos do usuário de drogas na Folha de S. Paulo ao longo da Ditadura Militar

Cadrages du consommateur de stupéfiant dans le journal Folha de S. Paulo pendant la dictature militaire au Brésil

Framing of drug users in the Folha de S. Paulo during Brazil's military dictatorship.

Pt. O período da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985) envolve uma série de práticas dentre as quais destaca-se a influência dos Estados Unidos na condenação internacional do uso de substâncias psicoativas, principalmente com o acirramento da Guerra Fria e as repercussões cotidianas do combate ao comunismo. Além disso, uma série de medidas legais e penais oficializaram o usuário de drogas enquanto criminoso, gerando enquadramentos penais ou em tratamentos de saúde, para os sujeitos considerados doentes. Nesse contexto, diversos meios de comunicação e diferentes práticas artísticas passaram a ser considerados pela Escola Superior de Guerra como instrumentos de subversão, ao passo que a imprensa apoiadora do regime divulgava informações sobre os perigos das drogas, alimentando as representações sobre o usuário de drogas. É em tal período que ocorre a ascensão do jornal *Folha de S. Paulo*, como empresa de mídia aliada do governo ditatorial que logo tornou-se um dos jornais de maior circulação do país. Com isso, identificam-se os enquadramentos do usuário de drogas a partir de matérias nacionais veiculadas na *Folha de S. Paulo* durante a Ditadura. No acervo virtual do periódico, identificaram-se 325 textos jornalísticos, e após um processo de afunilamento e categorização, elegeram-se algumas para a análise. A partir delas constatou-se os elementos constituintes dos enquadramentos do usuário de drogas como criminoso (geralmente pertencente às camadas mais pobres da população e que além de usuários tornavam-se traficantes, sendo que em casos mais graves envolviam-se em homicídios) ou como doente (indivíduos cujo grau de dependência da substância comprometia sua vida em sociedade, necessitando de tratamentos em clínicas, grupos de apoio ou comunidades terapêuticas), bem como o destaque dado pelo veículo de comunicação sobre o tema ao longo do período ditatorial.

Palavras-chave: enquadramento; drogas; ditadura militar; Guerra Fria

Fr. La période de la dictature militaire au Brésil (1964 - 1985) a été marquée par diverses pratiques, notamment l'influence des États-Unis dans la répression internationale de la consommation de substances psychoactives, qui s'est accentuée avec l'intensification de la guerre froide et les répercussions quotidiennes de la lutte contre le communisme. Un ensemble de mesures légales et pénales a par ailleurs criminalisé cette consommation, établissant des cadres en matière pénale ou de soins de santé pour les individus considérés comme malades. Divers médias et pratiques artistiques ont alors été perçus par l'École supérieure de guerre comme des instruments de subversion, tandis que les organes de presse favorables au régime diffusaient des informations sur les dangers des drogues, alimentant ainsi les représentations du consommateur de stupéfiant. C'est à cette époque que le quotidien *Folha de S. Paulo* a pris de l'ampleur en tant qu'entreprise de presse alliée à la dictature, se plaçant rapidement parmi les journaux à plus fort tirage du pays. Nous nous sommes intéressés aux cadrages du consommateur de stupéfiant à partir d'articles sur des sujets nationaux publiés dans *Folha de S. Paulo* pendant la dictature. Après avoir extrait 325 textes journalistiques des archives électroniques de ce journal, nous avons procédé à un travail de tri et de classification afin d'en sélectionner certains pour l'analyse. Sur la base de ce corpus, nous avons pu identifier les éléments constitutifs du cadrage du consommateur de stupéfiant en tant que criminel (généralement issu des couches les plus pauvres de la population et qui, en plus d'être consommateur, se retrouvait trafiquant et dans les cas les plus graves, impliqué dans des homicides) ou en tant que malade (un individu dont le degré d'addiction compromettrait la vie en société, ayant besoin d'un traitement dans une clinique, ou *via* un groupe de soutien ou

une communauté thérapeutique), ainsi que la place accordée à ce sujet par cet organe de presse durant toute la dictature.

Mots-clés : cadrage ; stupéfiants ; dictature militaire ; guerre froide

En. The period of military dictatorship in Brazil (1964 - 1985) was shaped by a variety of factors, including the influence of the United States in the international repression of the use of psychoactive substances, which became more pronounced with the intensification of the Cold War and the day-to-day side-effects of the fight against communism. A series of legal and penal measures criminalized this consumption, establishing penal or health care provisions for individuals considered to be ill. Various media and artistic practices were perceived at the time as instruments of subversion by the Military Academy, while pro-regime press outlets disseminated information on the dangers of drugs, constantly fueling representations of drug users. During the same period, the daily *Folha de S. Paulo* gained traction as a media company backing the dictatorship. It rapidly became one of the country's most widely circulated newspapers. We examine the framing of drug users in articles on national topics published in *Folha de S. Paulo* during the dictatorship. After extracting 325 journalistic texts from the newspaper's electronic archives, we sorted and classified them to select some for analysis. This corpus enabled us to identify the key elements employed to frame drug users either as criminals (generally from the poorest strata of the population, who, in addition to being consumers, were also traffickers and, in the most serious cases, involved in homicides) or sick persons (individuals whose degree of addiction threatened ability to live in society, in need of medical treatment in a clinic, via a support group or a therapeutic community). It allows to understand the importance given to this topic by this press outlet throughout the dictatorship.

Keywords: framing; narcotics; military dictatorship; Cold War